

AMAZÔNIA: O TERRITÓRIO INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI¹ ENTRE GUERRAS COLONIAIS²

AMAZON: THE WAIMIRI-ATROARI INDIGENOUS TERRITORY BETWEEN COLONIAL WARS

Adriana Gomes Santos³

Resumo: O artigo analisa os processos de agressão aos Waimiri-Atroari, povo localizado entre os estados do Amazonas e de Roraima. Durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985), para a construção da BR-174, da hidrelétrica de Balbina e a extração de cassiterita pela Taboca/Paranapanema sobre o território indígena, esse povo foi profundamente agredido, inclusive militarmente pelo Exército brasileiro e por empresa paramilitar privada. Esses casos são analisados a partir da compreensão da inserção da Amazônia na produção nacional.

Palavras-chave: Amazônia; território indígena; limpeza étnica; ditadura empresarial-militar.

Abstract: The article analyzes the processes of aggression against the Waimiri-Atroari, a people located between the states of Amazonas and Roraima. During the business-military dictatorship (1964-1985), for the construction of BR-174, the Balbina hydroelectric plant and the extraction of cassiterite by Taboca/Paranapanema over the indigenous territory, this people was deeply attacked, including militarily by the Brazilian Army and by a private paramilitary company. These cases are analyzed based on the understanding of the insertion of the Amazon in national production.

Keywords: Amazon; indigenous territory; ethnic cleaning; business-military dictatorship.

¹ O texto é fruto da pesquisa realizada durante o doutorado na PUC-SP orientado pela professora Dr^a Vera Lucia Vieira.

² Professora da Universidade Federal de Roraima - UFRR.

³ Professora da Universidade Federal de Roraima - UFRR.

1 INTRODUÇÃO

A dominação dos territórios dos povos Waimiri-Atroari esteve entrelaçada em práticas da Ditadura empresarial-militar, entre 1964 e 1985, oficializadas com a implantação da denominada política de *integração* da Amazônia. Essa política foi amplamente propagandeada sob o lema “integrar para não entregar” que justificava a implementação dos projetos na região e era defendida por Golbery do Couto e Silva, um dos militares do núcleo dirigente do poder, que apresentou essa teoria desenvolvida aos moldes do esquema de Segurança Nacional.⁴

Nesse contexto, um dos principais elementos dessa política de integração era a construção de vias de conexão, a criação de polos e zonas com determinado tipo de produção. Inclusive, foram elaborados os mapas com os novos traçados, o que estava diretamente alinhado com os interesses do setor empresarial nacional e internacional, de modo que o projeto do governo estava centrado no binômio “segurança e desenvolvimento”,⁵ que se opunha à organização e às relações de produção anteriores – o que era resolvido com a imposição de práticas violentas que permitissem implementá-las.

Esses novos projetos de ocupação produtiva, aliadas à concepção de segurança e desenvolvimento, desconsideravam a ocupação anterior do território pelos povos indígenas. Pautados no discurso da necessidade de ocupação do *espaço vazio* o incentivo à migração e a criação de aldeamentos, resultaram em um choque cultural para esses povos originários e sua resistência se deparou com outras medidas de controle que funcionou como um tipo de *limpeza étnica* com a guerra que lhes foi imposta.

A fim de compreender melhor alguns dos aspectos envolvidos nesse processo de ocupação e exploração das terras indígenas, evidenciaremos

⁴ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional:** o Poder Executivo & Geopolítico do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

⁵ MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia:** trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

a particularidade das políticas do período da Ditadura, entre os anos de 1964 a 1985, destacando a peculiaridade desse entranhamento colonizador na região e em seus povos originários.

1.1. Os povos e sua terra: os Waimiri-Atroari

Ao longo da colonização portuguesa, perpassaram a existência dos povos Waimiri e Atroari a prática da escravidão indígena, as epidemias devido ao contato com os colonizadores, os aldeamentos compulsórios, os massacres, os genocídios, a apropriação e a remoção dos grupos indígenas nativos de suas terras⁶. Além disso, todo esse processo gerou um apagamento da cultura, e, como consequência, encontramos uma diversidade de nomenclaturas que denominam o grupo étnico, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Os Waimiri e Atroari são os povos indígenas da família linguística *Karib*, assim como os Wapixana, Wai-Wai e Macuxi. Os Waimiri-Atroari se autodenominam através da palavra kinjá (ou ainda Kin'ya, ou Kiña),⁷ que significa *gente*. Habitam uma região de floresta tropical no norte do Amazonas e sul de Roraima,⁸ entre as bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiuaú e o igarapé Santo Antônio do Abonari.⁹ De fato, esses povos foram, ao longo da história, reduzidos a uma circunscrição territorial; as suas relações culturais e sociais que se estendiam aos outros povos de tronco *Karib* dentro do território brasileiro e no continente foram restritas.

⁶ Documento eletrônico. Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/WT-D00005.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

⁷ Encontramos diversas grafias para a autodenominação dos Waimiri-Atroari e acima elencamos somente algumas delas.

⁸ Roraima advém de uma região que era vinculada à parte norte da Província de Moura, no Amazonas, e se tornou Território Federal do Rio Branco, em 1943, na gestão de Getúlio Vargas, presidente do Brasil à época. Foi renomeado Roraima em 13/09/1962 e, na Constituição de 1988, tornou-se estado de Roraima. SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e Poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)**. Boa vista: Editora da UFRR, 2013.

⁹ BAINES, Stephen G. **A Resistência Waimiri-Atroari frente ao "Indigenismo de Resistência"**. Documento eletrônico. Disponível: <<http://dan.unb.br/images/doc/Serie211empdf.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

É notório que, ao longo da colonização¹⁰ e do processo de dominação territorial, os Waimiri-Atroari receberam diferentes referências: Aroaquis, Tarumás, Caripunás, Cericunás, Alalaós, Camanau, Jauaperi, entre outros.¹¹ Uma das primeiras descrições do grupo é a de Barbosa Rodrigues, um naturalista autor do livro *Rio Jauaperi: pacificação dos Crichanás*.¹² Segundo Barbosa Rodrigues (1885), o nome mais utilizado para denominar esse grupo étnico foi Crichanás.

Um pouco da história desses povos é trazido pelo olhar de José Porfírio de Carvalho (1982) no livro: *Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada*. Carvalho (1982) trabalhou na área indígena Waimiri-Atroari pela Funai à época da Ditadura empresarial-militar, ou seja, foi um dos agentes responsáveis pela política de negociação, a través da *pacificação* e/ou a *atração*, para intrusão dos projetos dentro da Reserva Indígena (RI).¹³ Inclusive, o livro de Carvalho foi publicado em 1982, em um período em que muitos projetos ainda estavam sendo implementados dentro do território indígena.

As várias políticas de *pacificação* em território indígena foram concretizadas por meio do uso da bíblia, da “bala” e da aproximação por trocas, ou ainda pelos “brindes” entregues às comunidades como forma de cooptar-lhes a confiança. Nessa direção, Carvalho (1982) fez um apanhado histórico dos Waimiri-Atroari e das estratégias utilizadas para estabelecer

¹⁰ Em um dos livros sobre a dominação dos povos no rio Branco, escrito pela autora Nádia Farage, existem poucas informações sobre os grupos étnicos Waimiri e Atroari. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. Outra importante e fundamental obra documental em que se relata a existência diversos grupos étnicos, descreve como estão organizadas as aldeias, quantitativos, língua e dentre outras características do povoamento indígena em Roraima é: KOCH-GRÜNBERG, Theodor (1872-1924). **Do Roraima ao Orinoco** – Volume 1: Observações de viagem pelo norte do Brasil durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

¹¹ CARVALHO, José Porfírio. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília: edição do autor, 1982.

¹² RODRIGUES, João Barboza. **Rio Jauaperi: pacificação dos Crichanás**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1885.

¹³ CARVALHO, José Porfírio. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília: edição do autor, 1982.

tais relações para evitar que esses povos revidassem ao adentramento em seus territórios. Isso porque o território dos Waimiri-Atroari foi invadido, ao longo do século XIX e início do XX - pelos catadores de castanhas, de balata e de outras drogas – pois o extrativismo se constitua na principal atividade econômica na região, naquele período, impactando diretamente o espaço territorial daquelas comunidades indígenas.

Desta maneira, para a garantia da exploração territorial foram realizadas expedições militares ou policiais às aldeias, ações estas que consistiam na política da administração provincial de Moura. Tais expedições de ataques aos povos Waimiri e Atroari resultaram em muitos massacres, com centenas de mortos.¹⁴

Os ataques à província de Moura vinham de longa data, ainda conforme Carvalho. Segundo ele, em 26 de abril 1856, um grupo de homens armados – 50 guardas – relataram que em torno de 300 indígenas haviam sido mortos naquela expedição. Em 1867, continua o autor, em reação às expedições, os povos Waimiri e Atroari atacaram a Vila de Moura, na Província do Amazonas. O autor revela que uma expedição realizada em 1889 pelo Tenente Horta levou à morte mais 80 membros dos povos. A expedição foi justificada como revide ao ataque dos povos à Vila de Moura, em 1887.¹⁵

Em 1905, mais uma força policial foi encaminhada às aldeias Waimiri e Atroari e somaram-se mais 280 mortos, os quais foram queimados dentro das malocas e outros assassinados com arma de fogo. O responsável pela operação policial, o Capitão Catingueiro, ainda aprisionou 18 indígenas, dos quais seis morreram devido aos maus tratos dentro da prisão.¹⁶

Não eram apenas os Waimiri-Atroari que passavam por um processo de espoliação de território ou de recursos naturais. Outras etnias e comunidades indígenas também passavam por tal situação e, devido aos grandes conflitos gerados pelas constantes invasões de territórios

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

indígenas pelo interior do país, o Estado resolveu regulamentar um órgão destinado a atender à demanda de controle dos conflitos entre os indígenas e os não indígenas.

O órgão responsável por centralizar os trabalhos junto aos povos indígenas e implementar a política governamental foi Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais -SPILTN, criado em 20 de junho de 1910, através do Decreto nº 8.072,¹⁷ vinculado ao Ministério da Agricultura e renomeado apenas Serviço de Proteção aos Índios -SPI a partir de 1918.¹⁸

O primeiro coordenador desse órgão foi o Marechal Rondon,¹⁹

¹⁷ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais foi criado pelo Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910.

¹⁸ Em 1918, a Lei n. 3.454, de 6 de janeiro, realiza duas mudanças: primeiro transferiu a competência relacionada aos trabalhadores nacionais para a jurisdição da Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento; e segundo alterou o nome do órgão para Serviço de Proteção aos Índios.

¹⁹ Cândido Mariano da Silva Rondon, nasceu em Mimoso-MT, em 5 de maio de 1865. Se constituiu em uma figura conhecida nacionalmente por ter participado na administração executiva dos órgãos estatais brasileiro, devido à sua carreira militar e ainda às relações com militares e instituições positivistas. No que concerne à formação militar destacam-se: Em novembro de 1881 se voluntariou ao 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, em Cuiabá-MT. Em março de 1883, iniciou curso preparatório da Escola Militar. No ano de 1885, realizou curso de cavalaria e infantaria; Em 1887 terminou o curso de artilharia. E, em 1888, finalizou o curso de estado-maior de primeira classe e foi promovido a alferes-aluno. Em março de 1889, ingressou na então Escola Superior de Guerra. Em dezembro de 1889, recebeu o título de engenheiro militar e de bacharel em matemática e ciências físicas pela Escola Militar. No entanto, não queremos aqui retomar a biografia de Marechal Rondon, mas apenas situar de forma sucinta a formação militar diretamente relacionada com a concepção da política implementada pelo Estado brasileiro. Porém, o trabalho que deu relevância nacional, a Marechal Rondon, foi a construção de linhas telegráficas, iniciada em 1898, quando também foi transferido para o Rio de Janeiro. O trabalho foi realizado através de uma longa expedição pelo país. O resultado dessa expedição foi a construção de 1.746 km de linhas telegráficas, partindo do Rio de Janeiro ligando-o à Corumbá e Coimbra, na fronteira boliviana, e a Porto Murtinho e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai. Nessa expedição, Marechal Rondon, junto com sua equipe, enfrentaram as adversidades da jornada pelo interior do país, inclusive com várias deserções daqueles integrantes que compunham sua equipe. Outrossim, a expedição trouxe vários novos elementos, pois manteve contato com povos originários com os qual efetivou uma política de aproximação, pacificação e integração. Também realizou um certo levantamento da fauna e flora nas localidades por onde passou. RODRIGUES, Fernando da Silva.

um grande nome, que se justificava pelo objetivo que deveria cumprir, o de implementar uma política sobre os indígenas para a resolução dos conflitos. Isso porque a criação desse órgão tinha como objetivo controlar os conflitos que surgiam de norte a sul do país, devido aos projetos e interesses econômicos que adentravam as áreas indígenas. Porém, isso não evitou que a criação do órgão e o próprio Rondon recebessem fortes objeções do setor empresarial. Isso porque uma parcela da burguesia, especialmente a agrária, estava insatisfeita com qualquer política do Estado para os povos originários, com receio de que esta intervisse na apropriação privada das terras em disputa.²⁰

Na região de Rio Branco, a mais setentrional da Amazônia denominada atualmente Roraima, em meio ao massivo processo de dominação territorial pelos fazendeiros, o SPI instalou-se em 1915 e, em 1919, iniciou um tipo de escola de alfabetização e atividades laborais manuais com a intenção “de ministrar cursos de seleiro, ferreiro, carpinteiro e marceneiro”. As aulas eram proferidas pelos funcionários do SPI, ou seja, “pelos agentes do órgão”, sendo um fator “muito importante para adaptar os indígenas aos costumes dos civilizados”.²¹ Então, junto ao processo de dominação territorial, eram efetivadas estratégias de controle, aldeamento e até mesmo integração dos indígenas.

Nessa mesma direção, foi criado o primeiro Posto de Atração Indígena na ilha Mahaua, no rio Jauaperi, com os Kinja (que conhecemos

Marechal Rondon e a Trajetória de um Militar Sertanista na Primeira República Brasileira: Investigação sobre a Intervenção do Estado e o Processo Civilizador da População Indígena. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 43, núm. 1, janeiro-abril, 2017, pp. 122-134. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1346/134650104010.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

²⁰ MELO, Joaquim Rodrigues de. **A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção de índios (1910-1932)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), UFAM, 2007, p.48.

²¹ SANTOS, Raimundo N. Gomes dos. Entre a maloca e a civilização: os indígenas no processo de colonização de Roraima no século XX. In: **Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima**, n. 1 (1995). Boa Vista: Editora UFRR, 1995, p.15.

como Waimiri-Atroari), em 1912. O primeiro Inspetor do Serviço aos Índios no Estado do Amazonas foi Alípio Bandeira.²² Com a criação do SPI e da 1ª Inspeção, o governo do Amazonas concedeu as terras aos Waimiri-Atroari, através da Lei nº 941 de 16 de outubro de 1917.²³

No entanto, a concessão das terras para os Waimiri-Atroari não evitou que o território continuasse sendo alvo de invasões e ataques. A 1ª Inspeção funcionava de forma extremamente precária e sem pessoal para evitar que as terras fossem invadidas; e os povos, alvos de ataques. Ademais, o órgão foi marcado por agentes envolvidos em corrupção, como aponta o Relatório Figueiredo²⁴, além dos funcionários do SPI estarem envolvidos nos casos de saques e destruição das aldeias – inclusive com as constantes invasões com interesse na matéria-prima, sendo a empresa Penha & Bessa, de propriedade do Candido Bessa, uma das invasoras, em 1929, para a coleta de castanhas dentro do território indígena.²⁵

Na década de 1940, a 1ª Inspeção Regional do Amazonas, que havia instalado um posto no rio Jauaperi, foi removida para rio Camanau. Tal mudança deveu-se à tentativa de reorganização e de aproximação com os povos Waimiri-Atroari para garantir sua passividade. Contudo, os ataques às comunidades indígenas continuaram e há um registro, de 1949, de um massacre aos povos cometido por caçadores de jacarés.²⁶

Várias invasões e massacres já tinham ocorrido antes do período

²² CARVALHO, José Porfirio. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília: edição do autor, 1982.

²³ MELO, Joaquim Rodrigues de. **A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção de índios (1910-1932)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), UFAM, 2007, p.150.

²⁴ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo>>. Acesso em 16 jun. 2021. O Relatório documenta crimes de genocídio contra os povos indígenas do Brasil, incluindo assassinatos em massa, tortura e guerra bacteriológica e química, relatava escravidão e abuso sexual.

²⁵ CARVALHO, José Porfirio. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília: Edição do Autor, 1982.

²⁶ Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/WT-D00005.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

ditatorial no Brasil, entre 1964 e 1985, o que por um lado explica a resistência ao contato dos povos indígenas, devido às constantes incursões para a exploração de seus territórios. Porém, a partir de 1964, houve a elaboração de projetos de ocupação do território indígena que, diretamente, combinaram os interesses das empresas privadas e estatais, de forma a conectar a iniciativa privada e o apoio do Estado – até mesmo o próprio Estado também realizava tal ocupação.

1.2 O diferencial da política de intervenção no território Waimiri-Atroari a partir de 1964

A partir do Golpe, que se instalou em 1 de abril de 1964, ascensão do General Humberto Castelo Branco (1964-1967) à Presidência, com a justificativa de combate à crise econômica em curso, passaram a ser implantados os programas de desenvolvimento da economia nacional, nos moldes defendidos pela ala alcunhada de “entreguistas”, por sua opção pela promoção desse desenvolvimento às custas da captação financiamentos do capital internacional. À frente de tal política estava Roberto Campos que assumiu o recém-criado Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. E, Roberto Campos, juntamente a Octávio Gouveia de Bulhões, nomeado para a pasta de ministro do Ministério da Fazenda, elaboraram o chamado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual foi implementado entre 1964 e 1967.²⁷

De um modo geral, o PAEG representava um conjunto de medidas e de “reformas estruturais” que já vinham sendo discutidas pelo empresariado do país, dentre as quais “estavam a reforma tributária, a reforma monetária-financeira e a reforma da política externa”.²⁸ Especificamente, a reforma

²⁷ BELLINGIERI, Julio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento.** Disponível em: <https://danielopastorelli.files.wordpress.com/2015/02/bellingieri_economia_periodo_militar.pdf> Acesso em 16 jun. 2021.

²⁸ Ibidem.

da política externa foi responsável por estimular a exportação, assim como a diversificação da economia para atender a esta demanda.²⁹

Durante a presidência do general Arthur da Costa e Silva, o qual tomou posse em 15 de março de 1967, Antonio Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda. Nesse contexto, no Brasil, deu-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), devido às reformas realizadas no PAEG. Esse período ficou conhecido como *milagre econômico* entre os anos de 1967 e 1973 – período em que Emílio Garrastazu Médici (1969-1973) governou o país. O autor Julio Cesar Bellingieri (s/d) sistematiza essas medidas econômicas da seguinte forma:

a) retomada do investimento público em infra-estrutura (energia, transportes, comunicações, siderurgia, mineração), que foi possível graças à recuperação financeira do setor público, devido às reformas do PAEG; b) aumento do investimento das empresas estatais e do processo de conglomeração de algumas destas empresas, por meio da criação de várias subsidiárias; a Petrobrás e a Vale do Rio Doce são exemplos desse processo. Segundo Gremaud et al. (2004), surgiram nesse período 231 empresas estatais; c) grande expansão do crédito ao consumidor, principalmente para a compra de bens de consumo duráveis, pelas famílias. Esse setor da economia, representado por automóveis, eletrodomésticos, TVs, etc., teve um espetacular aumento médio de 26% ao ano no período; d) expansão do crédito do Sistema Financeiro da Habitação para construção de residências e prédios de apartamentos, e aumento dos gastos públicos para a área da construção civil; esse setor cresceu a uma taxa média de 15% ao ano; e) estímulo às exportações, por meio da concessão de linhas de crédito e incentivos fiscais aos exportadores, aliado a minidesvalorizações da taxa de câmbio, que tornavam mais baratos os produtos nacionais no mercado externo.³⁰

²⁹ É importante ressaltar que só foi possível implementar diversas dessas medidas devido ao regime ditatorial e muitas destas medidas canalizaram diversos recursos através da arrecadação pública e do corte de direitos da classe trabalhadora.

³⁰ BELLINGIERI, Julio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento.** Disponível em: <https://daniilopastorelli.files.wordpress.com/2015/02/bellingieri_economia_periodo_militar.pdf> Acesso em 16 jun. 2021.

Vários desses componentes da política econômica impactaram a região Amazônica, especificamente no que se refere às questões da construção e de exportação, atrelados à exploração mineral e à destinação do produto para o mercado externo. Ainda nos primeiros anos da Ditadura, foi aprovado um novo código mineral – o Código de Mineração³¹ –, permitindo que as sociedades constituídas por acionistas estrangeiros pudessem explorar os recursos minerais no subsolo brasileiro.

Entretanto, junto com processo econômico de maior valorização da exploração mineral e a partir das medidas supracitadas, havia o endurecimento do regime ditatorial, com a instituição do AI-5.³² No Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirma-se que, no “ano de 1968, na esteira do endurecimento da Ditadura empresarial-militar com o AI-5, marca o início de uma política indigenista mais agressiva – inclusive com a criação de presídios para indígenas”.³³ Isso se dava à medida que eram criados diversos programas específicos para a região amazônica, combinando a repressão e a política de exploração mineral. Vale destacar que as estatais que atuavam nesse setor de exploração mineral – tais como a empresa privada Paranapanema dentre outras empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce-CVRD – recebiam significativos investimentos:

Depois da CVRD, a estatal a receber mais incentivos foi a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) – com dez pedidos aprovados. Como veremos a seguir, a empresa, criada em 1969, destinava-se à pesquisa e prospecção mineral, cujos resultados eram concedidos à iniciativa privada.³⁴

³¹ O novo Código Mineral foi criado pelo Decreto-Lei nº 227, de 22 de agosto de 1967.

³² Durante a Ditadura empresarial-militar, foram emitidos diversos Atos Institucionais, incluindo o de número 5 (AI-5), também conhecido como “um golpe dentro do golpe”. Ele foi emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, resultando a perda de mandatos de parlamentares, intervenções ordenadas pelo Estado e a suspensão de quaisquer garantias constitucionais que resultaram na institucionalização da tortura.

³³ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em 18 jun. 2021.

³⁴ MORAES, Ana Carolina Reginatto. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. Tese (Doutorado em História), UFRJ, 2019, p.295.

Nesse sentido, à medida que o interesse sobre a produção mineral aumentava, também cresciam de forma vertiginosa as referidas pesquisas. Como suporte a esses estudos, foi criada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais- CPRM.³⁵ Então, a criação da CPRM estava aliada à política de incentivo à produção mineral – vale destacar que analisaremos a específica atuação da CPRM na concessão de território à Paranapanema. Nos projetos, estava a construção das rodovias que o governo considerava “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais” e o “eixo das rodovias Amazônia Legal”.³⁶ Então, a partir de 1970, os projetos já traziam a implementação de uma infraestrutura básica, como vias de uma ocupação para a produção.

Para a região amazônica, um dos projetos que constou nos planos de governo foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento: “dentro do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), entre 1972 e 1974, que previa investimentos em infraestrutura, foi iniciada a construção da rodovia Transamazônica, que custou US\$ 12 bilhões e nunca ficou pronta”.³⁷ Nos planejamentos definidos para a região, a construção de rodovias se perfazia no cerne da exploração e da colonização do território. Dentre essas vias, estava a Transamazônica.

Com o presidente Ernesto Geisel, um novo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) foi elaborado, o qual promoveu um certo desenvolvimento industrial, de modo que houve crescimento de “35% entre 1974-79, principalmente nos setores metalúrgico, material elétrico e de transportes, papel e papelão, químico, têxtil e alimentos”.³⁸ Nesse contexto, a Amazônia foi inserida no projeto de governo como um dos focos para a produção mineral. No entanto, os incentivos para crescimento

³⁵ Criada pelo Decreto-Lei nº 764, em 15 de agosto de 1969.

³⁶ Decreto-Lei n. 1.164, de 1 de abril de 1971.

³⁷ BELLINGIERI, Julio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento.** Disponível em: <https://daniilopastorelli.files.wordpress.com/2015/02/bellingieri_economia_periodo_militar.pdf> Acesso em 16 jun. 2021.

³⁸ Ibidem.

desses setores privados foram financiados pelo Estado. Dessa maneira, a “dívida aumentou em US\$ 15 bilhões entre 1974-77, e mais US\$ 17 bilhões entre 1978-79”.³⁹ Além disso, havia outro problema, que era o próprio impacto da crise econômica mundial⁴⁰ que ficou conhecida como a crise do petróleo. Contudo,

[...] Conjuntamente às propostas dos planos nacionais de desenvolvimento, há a destacar a ação da Sudam, que elaborou o I e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), previstos respectivamente para os períodos que vão de 1972 a 1974 e de 1975 a 1979... Vista ainda a questão da perspectiva de colonização dos eixos viários, a Sudam enumerou alguns de seus principais focos de interesse no caso, a respeito dos corredores que seriam as futuras rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. A exploração de recursos minerais era o item básico dessa pauta.⁴¹

Nessa perspectiva, havia os planos nacionais que abrangiam uma política econômica mais geral; havia, também, as políticas regionais, as quais se integravam aos planos nacionais, estipulando as estratégias regionais, tais como a criação dos polos de desenvolvimento. Nesse sentido, ao:

[...] Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia)⁴² somavam-se outras três iniciativas de ocupação da região: o Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, a Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais Uso Racional dos Solos da Amazônia e o Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.⁴³

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ ROBERTS, Michael. **The Long Depression**: How it happened, why it happened and what happens next. Canada: Union Labor, Haymarket Books Chicago, 2016.

⁴¹ BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

⁴² Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) foram criados através do Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974.

⁴³ BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

Para o desenvolvimento de tais programas estava, então, o Banco da Amazônia S.A. (Basa), a Sudam, o Ministério do Interior e a Secretaria de Planejamento. No entanto, as políticas econômicas adotadas durante a Ditadura, os quais colocavam a Amazônia em uma posição de inserção na produção, foram incapazes de garantir uma estabilidade econômica ao país.

Quando, em 1979, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985) tinha Mário Henrique Simonsen na Secretaria do Planejamento e Delfim Neto no Ministro da Agricultura, o país enfrentava o desgaste da política econômica do governo, que se expressava na dívida pública e no crescimento da inflação com mais de 100%. Para controlar a desvalorização da moeda e conter a saída de dólares, João Batista Figueiredo tenta controlar as importações e aumentar as exportações, além de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para conseguir ajustar as contas com a entrada de capitais através de empréstimos.⁴⁴

Em meio às discussões sobre o aumento da produtividade e as exportações, estavam a exploração mineral e as terras indígenas. No ano de 1983, o Decreto nº 88.985/83 previa a mineração em terra indígena, após diversas críticas a essa tentativa de determinar a abertura à mineração em áreas dos povos originários, de modo que o próprio Ministério das Minas e Energia lançou a Portaria 692 de 10 de Junho de 1986. Na nova Portaria do MME, estipulou-se a não concessão de mineração em terras indígenas. Depois, houve diversas discussões até a votação da Constituição de 1988, que finalmente garantiu o usufruto da terra às comunidades indígenas.⁴⁵

No entanto, o discurso de uma terra vazia mostrou-se bastante convincente, pois massificava a ideia de ocupação do espaço que eram territórios indígenas, como analisaremos no próximo item.

⁴⁴ BELLINGIERI, Julio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento**. Disponível em: <https://daniilopastorelli.files.wordpress.com/2015/02/bellingieri_economia_periodo_militar.pdf> Acesso em 16 jun. 2021.

⁴⁵ Decretos constantes do arquivo do SNI: br_dfanbsb_2m_0_0_0178_v_08_d0007de0007. 40p.

1.3. Na Amazônia, “não existia a ‘terra sem homens’”⁴⁶

Em meio à política que dava um caráter objetivo de ocupação e produtividade para a Amazônia, relegava-se o direito dos povos tradicionais sobre seus próprios territórios. Além disso, os órgãos criados pelo Estado que tinham o objetivo de proteção dos povos indígenas, como o SPI, em momento algum, estavam envolvidos no planejamento dos outros projetos para os territórios em que seria feita a exploração mineral.

O SPI, extinto em 1967, já estava em decadência, desmoralizado com várias denúncias de diversos crimes contra os povos indígenas. Mais de 40 processos de corrupção e dilapidação do patrimônio indígena que constam no Relatório Figueiredo. Esse foi o principal sustentáculo para que o SPI fosse desintegrado e, em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), para substituí-lo.

Então, coadunavam-se várias faces da política econômica para o país, assim como aquela implementada para a Amazônia e aos povos indígenas. Para José de Souza Martins (1989), “antes mesmo da ditadura militar se constituir numa possibilidade real, antes do golpe, a carta da Amazônia já estava marcada pelo ferro em brasa de grileiros experimentados, que haviam iniciado a venda de amplas porções do território amazônico a grandes e médios proprietários”⁴⁷. Assim, trata-se de um processo anterior que se intensificou com as políticas de governo assentadas na segurança e no desenvolvimento, para a ocupação produtiva da Amazônia.

Desse modo, para os indígenas, a ocupação de seu espaço foi um processo resultante da apropriação territorial, de modo que a faixa de terra

⁴⁶ Os povos indígenas e a pastoral indigenista no atual histórico. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, 23ª Assembleia Geral, Itaiçuba-São Paulo, 10 a 19 de abril de 1985. Documentos constantes da pasta ACE: br_dfanbsb_2m_0_0_0142_v_02_d0001de0001.pdf. 176p. (fl.111).

⁴⁷ MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo Social. Rev. Social.** USP, S. Paulo 1 (I); 131-148. 1.sem, 1989, p.137. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/pyXXq6zk8DPJxvk985L44kk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 18 jun. 2021.

que cabia aos povos nativos foi gradativamente reduzida e isolada pelo próprio desenvolvimento do espaço urbano. Tudo isso estava combinado à criação das estradas, à mineração, às grandes propriedades agrícolas, dentre outras formas de uso do território, que tiveram impacto direto na realidade dos povos indígenas. Assim, os processos de ocupação territorial estão vinculados a um contexto em que a “violência contra os povos indígenas é uma constante”⁴⁸ na história desses grupos, não havendo um processo de reconhecimento da ocupação legítima dos territórios pelos povos indígenas.

O desígnio de uma Amazônia vazia, que justificou a diretriz de “Terra sem homens para homens sem-terra”, sob o “lema tão badalado da época do General Médici”, esbarrou com um problema: “não existia a ‘terra sem homens’”,⁴⁹ afirmava a CNBB. Na realidade, o espaço territorial amazônico congregava, desde o período colonial, uma grande diversidade de grupos étnicos, os quais sobreviveram a diferentes processos de invasão de seus territórios.⁵⁰

Indagar-se sobre o impacto desse argumento – o de uma Amazônia vazia e da necessidade de ocupá-la, como defendia o governo – não pode desprender-se da questão fulcral ao qual estava imbuído o projeto do discurso. A narrativa expressa carrega consigo a transformação que outrora vários governos e a própria Ditadura empresarial-militar objetivaram implementar ao ocupar um espaço que se encontrava habitado pelos camponeses,⁵¹ povos indígenas, quilombolas

⁴⁸ Os povos indígenas e a pastoral indigenista no atual histórico. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, 23ª Assembleia Geral, Itaiaci-São Paulo, 10 a 19 de abril de 1985. Documentos constantes da parta ACE: br_dfanbsb_2m_0_0_0142_v_02_d0001de0001.pdf. 176 páginas. Folha 111.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ RIBEIRO, Berta G. **Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia/projeto conceitual, textos e seleção de iconografia**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitadas, 1990.

⁵¹ A definição de camponeses definida por Jeferson Choma está assentada na seguinte ideia: “O campesinato é visto nesta pesquisa enquanto uma classe social e não é tratado apenas como um modo de vida ou um grupo tradicional existente na sociedade.

e comunidades ribeirinhas. Contudo, analisaremos este processo em território Waimiri-Atroari no próximo item.

1.4. “A gente resolvia sempre à bala”:⁵² o projétil que atravessou o território Waimiri-Atroari

Durante o período da Ditadura de 1964 a 1985, as investidas contra as terras das comunidades indígenas não só tiveram continuidade, mas foram se acentuando, em decorrência da implantação dos projetos justificados pela necessidade da integração da Amazônia – a começar pela construção de rodovias que passaram a atravessar o território destes povos.

Os Waimiri-Atroari foram afetados com a construção de uma rodovia dentro do seu território, a BR-174, uma rota “bastante retilínea que atravessa o território indígena no sentido sul-norte, ligando Manaus a Boa Vista e Venezuela”.⁵³ A construção da estrada, nos anos de 1967 e 1968, estava aliada ao projeto Operação Amazônia (1966-1970), que obtinha investimentos do Estado brasileiro na infraestrutura, dentro da região. Assim, os trabalhos iniciais da BR-174 foram realizados pelo DER-AM (Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas).

A importância de tomar o campesinato enquanto classe está enraizada em uma concepção da história, das lutas e os confrontos entre as classes, permitindo assim decifrar conflitos e contradições dos processos sociais e políticos, particularmente no que se refere a luta pelo território e sua permanência face a grande concentração fundiária existente no país e o desenvolvimento do capitalismo no campo.” CHOMA, Jeferson Luiz. **Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na resex Chico Mendes (AC)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2018. p.29.

⁵² Na oitava, Memélia ratificou as denúncias que havia na imprensa nacional e também no Tribunal Russel, sobre o uso da Funai para contrabando e prisão ilegal dos índios em prisão construída pela Camargo Corrêa em Roraima. Disponível em: <http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Violacoes-aos-direitos-dos-povos-indigenas.pdf>. Acesso em 16 jun. 2021.

⁵³ SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p.134.

A reação dos Waimiri-Atroari ensejou um operativo entre os órgãos governamentais que tinha por objetivo manter os índios pacificados e não atrapalhar a construção da estrada. Para isso, foi designado pela Funai o sertanista Padre Giovanni Calleri, “mas o padre e todos os que o acompanhavam (com exceção de um) foram mortos em 1968”.⁵⁴ Assim, a expedição composta por um grupo de oito homens e duas mulheres, em que todos foram mortos, inclusive o próprio Padre Giovanni Calleri, teve apenas um sobrevivente que saiu do acampamento antes do ataque.⁵⁵

A expedição dirigida por Padre Calleri levava consigo, em dois barcos, além dos alimentos, “cinco revólveres, uma pistola, duas espingardas, um rádio transmissor-receptor”.⁵⁶ O destaque ao material bélico em uma expedição de *atração* se deve também a possibilidades da utilização destes no conflito com os povos, afinal, nas palavras do próprio Padre Calleri, devido aos contatos de trocas e os conflitos, os índios “tornaram-se prepotentes”, apesar de Padre Calleri defender o não ataque direto aos indígenas.⁵⁷

Esse fato foi amplamente divulgado pela mídia local e nacional e pelo próprio Estado, ficando conhecido como o “massacre” ensejado pelos indígenas contra a expedição de Padre Calleri, por sua vez, ajudou a justificar, com a ajuda dos meios de comunicação, a política de violência contra aqueles povos indígenas. No entanto, a esse respeito, o autor Sabatini (1998) levanta a suspeita de que tal ação poderia não ter sido realizada pelos indígenas, ou seja, o assassinato da expedição poderia ter sido alvo de emboscada do exército,⁵⁸ com o objetivo de culpabilizar os

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ SABATINI, Silvano. **Massacre**. São Paulo: CIMI, 1998.

⁵⁶ SABATINI, Silvano. **Massacre**. São Paulo: CIMI, 1998, p.17.

⁵⁷ Ibidem, p.23.

⁵⁸ No entanto, em conversa informal com o autor Stephen Baines, no primeiro semestre de 2017, na UFRR, o mesmo informou que não encontrou evidências que pudessem sustentar tal afirmação de Sabatini sobre uma emboscada do assassinato da expedição de Padre Calleri para culpabilizar os índios do ocorrido com a expedição. Talvez o que pudesse ajudar na análise do processo seria a abertura do arquivo do Exército brasileiro (nunca antes aberto), para, assim, ter mais elementos para a análise e confrontação de documentos sobre o processo e esse fato específico.

indígenas.⁵⁹ Sobre esse aspecto, o autor Tiago Schwade (2019) afirma que “o massacre acabou beneficiando a política do governo, ao ser utilizado nos discursos que pregavam a violência contra os indígenas e a abertura da rodovia a qualquer custo”.⁶⁰ Após o evento – denominado de *massacre* – pelo qual ficou conhecida a ação dos povos indígenas contra a expedição liderada por Padre Calleri, houve um expansivo municiação de armas das equipes que trabalhavam no traçado da estrada.⁶¹

De fato, tratava-se de proteger um investimento bastante oneroso, pois em 1968, enquanto a construção da BR-174 ocorria paralelamente à expedição de Padre Calleri, também se iniciaram as pesquisas sobre o potencial de jazidas minerais no Pitinga-Uatumã,⁶² dado que era essencial que as empresas não só pudessem adentrar ao território, mas também tivessem a certeza das riquezas ali existentes e a segurança nessa empreitada.

Juntamente aos elementos já apresentados, ressaltamos a participação do Exército para a construção da rodovia. Em 2 de abril de 1969, foi realizado um convênio entre o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens) e o 6º Batalhão de Construção e Engenharia (6ºBEC), do Exército brasileiro. Esse convênio foi estabelecido pelos dois órgãos para a construção do trecho da BR-174. Porém, um outro convênio foi estabelecido em 26 de fevereiro de 1970, concedendo ao 6º BEC a construção da rodovia BR-174, que foi concluída em 1979.⁶³

Coube, então, à Funai os trabalhos de controle dos indígenas através da política de integração, com atração para os aldeamentos. O jornalista

⁵⁹ Padre Sabatini, da Igreja Católica, conseguiu levantar uma série de documentos em torno da expedição, inclusive da rádio local, em Manaus, publicado no livro: SABATINI, Silvano. **Massacre**. São Paulo: CIMI, 1998.

⁶⁰ SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p.134.

⁶¹ Comitê estadual de direito à verdade, à memória e à justiça do Amazonas. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña”?**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2014, p. 80.

⁶² Ibidem, p. 69.

⁶³ Ibidem.

Rubens Valente, que realizou uma pesquisa sobre os povos indígenas no período ditatorial, sustentou que a Funai estava organizada “em um flagrante conflito de interesses”,⁶⁴ pois o próprio órgão ao qual estava subordinada, o Ministério do Interior, lidava com a implementação dos projetos de abertura e ocupação da Amazônia, ao mesmo tempo em que era responsável pela proteção dos povos indígenas.

No entanto, o Comitê⁶⁵ do Amazonas afirmou que a Funai teve o papel da “mais fiel escudeira do Exército em todo o período da construção”,⁶⁶ porque esta estava nas mãos do 6º BEC, e a Funai trabalhava para retirar os Waimiri-Atroari das áreas localizadas no trajeto da rodovia, garantindo que a finalizassem. Concomitantemente, a Funai criou os

[...] Postos Indígenas de Atração (PIA), nos rios Camanaú, em 1969, Alalaú, em 1970, e Santo Antônio do Abanari, em 1972, [...] como consequência desse plano e visava à remoção dos índios e de suas malocas ao longo do traçado da rodovia.⁶⁷

O órgão estabelecia as áreas destinadas à construção dos aldeamentos para, assim, ter o controle sobre a mobilidade dos povos dentro das circunscrições definidas.

Somada ao processo de construção da BR-174 e da mineração, o bonapartismo, sob o comando do general Figueiredo, em 1981, realizou duas mudanças sobre a regulamentação do território indígena: a primeira foi a interdição da área “para fins de atração e pacificação” por meio do Decreto nº 86.630,⁶⁸ que alterou o caráter da Reserva Indígena e fragilizou

⁶⁴ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 31

⁶⁵ COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS.

⁶⁶ COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña”?**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2014. p. 81.

⁶⁷ FERNANDES NETO, Antonio; SANTOS, Adriana Gomes. **Genocídio indígena e perseguição à igreja católica em Roraima**: a ação e a omissão do Estado brasileiro diante das graves violações aos direitos humanos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 26.

⁶⁸ Decreto nº 86.630, de 23 de novembro de 1981.

o direito dos Waimiri-Atroari sobre seu próprio território; segundo desmembrou a parte leste da Terra Indígena Waimiri-Atroari, destinando-a para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina-UHB, no rio Uatumã, sob o controle da Eletrobrás,⁶⁹ pelo Decreto nº 85.898.⁷⁰

E para construção da hidrelétrica o Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981, “declarou de utilidade pública, *pare fins de desapropriação*, áreas de terra com benfeitorias, necessários a formato do reservatório desta hidrelétrica construída pela Eletronorte.”⁷¹ As consequências desse projeto ainda estão para ser avaliadas, pois a Usina Hidrelétrica de Balbina inundou cerca de 30 mil hectares do território Waimiri-Atroari, criando um grande lago. Para além do impacto ambiental, ocasionado pela mortandade de milhares de espécies de animais e plantas nativas, o projeto ainda implicou a remoção de, pelo menos, duas aldeias.

Todos os projetos de construção de rodovias, estradas, hidrelétricas e mineração se alinharam à Operação Amazônia (1966-1970), que contou com vultuosos investimentos do Estado, visando criar a infraestrutura necessária para os investimentos empresariais, tendo como objetivo a integração desse território ao sistema de produção capitalista.

Quando, em 1970, perguntado, pelo jornalista Joseph Novitsky, sobre o fato dos funcionários do governo, possivelmente, estarem praticando genocídio contra os povos indígenas ao ocupar seus territórios, o servidor da Funai (que não foi nominado) nega tacitamente pois “pode-se talvez chamar de etnocídio, mas isso é justamente o que a civilização ocidental sempre fez”.⁷² A negativa marca não apenas aquele momento da

⁶⁹ Centrais Elétricas Brasileiras SA – Eletrobras é uma empresa de economia mista foi proposta, em 1954, pelo presidente Getúlio Vargas e aprovada, em 25 de abril de 1961, na presidência de Jânio Quadros que assinou a Lei 3.890-A de criação da Eletrobras.

⁷⁰ Decreto nº 85.898, de 13 de abril de 1981.

⁷¹ BAINES, Stephen Grant. **“E a FUNAI que sabe”**: Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1990. p. 103

⁷² Texto em português com título: **Para os índios do interior do Brasil a opção é passado ou o futuro**, autoria de Joseph Novitsky, do “New York Times”, localizado entre as folhas 22 e 27. Constante do arquivo: br_dfanbsb_aa3_0_pfi_0377_d0001de0001.pdf. 135 p. fls 24.

história, mas reflete e traz o elemento histórico de dizimação dos povos para ocupar o território – seja ele chamado de genocídio ou etnocídio –, reafirmando de forma tácita a existência do extermínio.

Sendo assim, verifica-se que, durante o processo de ocupação territorial e de implementação de projetos, o Estado impôs uma lógica metodológica na qual se inseria a dominação territorial por meio do extermínio étnico. A *limpeza étnica* como forma de dominação de um espaço é sistematizada por Petrovic (1994):

A expressão “para limpar o território” é dirigida contra inimigos e é usada principalmente na fase final do combate para assumir o controle total do território conquistado. Em termos gerais, o idioma ‘cist’ – “limpar” significa “sem qualquer sujeira” ou “contaminação”. A palavra “étnico” foi adicionada ao termo militar porque os “inimigos” são considerados as outras comunidades étnicas (tradução nossa)⁷³.

O empecilho à implementação dos projetos econômicos da Ditadura empresarial-militar se perfazia naquele grupo étnico, os Waimiri-Atroari, e, por isso, o território precisava ser dominado e limpo – a *sujeira*, então, era referida às comunidades que habitavam de forma secular o território.

No campo da legislação internacional, Petrovic (1994)⁷⁴ explica

⁷³ “The expression ‘to clean the territory’ is directed against enemies, and it is used mostly in the final phase of combat in order to take total control of the conquered territory. In general terms, the idiom ‘cist’-‘clean’ means ‘without any dirt’ or ‘contamination’. The word ‘ethnic’ has been added to the military term because the ‘enemies’ are considered to be the other ethnic communities”, p. 2 (tradução nossa). Drazen Petrovic. **Ethnic Cleansing** - An Attempt at Methodology, 1994. Disponível em: <<http://www.ejil.org/pdfs/5/1/1247.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

⁷⁴ “The term derived its current meaning during the war in Bosnia and Herzegovina, and was also used to describe certain events in Croatia. It is impossible to determine who was the first to employ it, and in what context. As military officers of the former Yugoslav People’s Army had a preponderant role in all these events, the conclusion could be drawn that the expression ‘ethnic cleansing’ has its origin in military vocabulary”. “O termo derivou seu significado atual durante a guerra na Bósnia e Herzegovina, e também foi usado para descrever certos eventos na Croácia. Isto é impossível determinar quem foi o primeiro a empregá-lo e em que contexto. Como oficiais militares do Exército do Povo Iugoslavo tiveram um papel preponderante

que *limpeza étnica* é uma expressão recente e apresenta dificuldades de ser incorporada porque

[...] Como prática, a limpeza étnica pode significar um conjunto de ações diferentes, diretamente ou indiretamente relacionado a operações militares, cometido por um grupo contra membros de outras etnias que vivem no mesmo território (tradução nossa)⁷⁵.

Então, a limpeza étnica, que se caracteriza por esse conjunto de ações contra um grupo étnico, por meio do qual se evidenciam, inclusive, incursões militares em determinado território contra os povos que o habitam, foi objeto de estudo de diversos pesquisadores. Assim, Ilan Pappé (2016)⁷⁶ tem uma contribuição no sentido de evidenciar a limpeza étnica no processo de dominação dos judeus na palestina. O estudo do autor explica os mecanismos militares para a ocupação territorial, contribuindo, dessa forma, para a compreensão processo de limpeza étnica.

No contexto de entendimento do processo de extermínio indígena enquanto um processo de limpeza étnica como consequência do processo de dominação territorial por parte do Estado e empresas no território Waimiri-Atroari, há o importante relato da jornalista Memélia Moreira⁷⁷

na todos esses eventos, pode-se concluir que a expressão ‘étnica limpeza’ tem sua origem no vocabulário militar” (tradução nossa). PETROVIC, Drazen. **Ethnic Cleansing - An Attempt at Methodology**, 1994 Disponível em: <<http://www.ejil.org/pdfs/5/1/1247.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

⁷⁵ “As a practice, ethnic cleansing could mean a set of different actions, directly or indirectly related to military operations, committed by one group against members of other ethnic groups living in the same territory. PETROVIC, Drazen. **Ethnic Cleansing - An Attempt at Methodology**, 1994 Disponível em: <<http://www.ejil.org/pdfs/5/1/1247.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

⁷⁶ PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

⁷⁷ Memélia Moreira foi condenada a seis meses de detenção pelo juiz Natanael Caetano Fernandes da 4ª Vara Criminal de Brasília, com base na Lei de Imprensa, em 27 de novembro de 1981. Memélia Moreira foi uma jornalista que realizou várias denúncias sobre a situação dos povos indígenas no período da ditadura (1964-1985) e uma publicação da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça traz, além dos textos da autora, uma pequena biografia: “Maranhense, nasceu em Boa Vista-RR, em 1947. Testemunhou reuniões entre Leonel Brizola, Neiva Moreira, Almino Affonso, Amaury Silva, Dagoberto Sales, Clídenor de Freitas e outros que se preparavam para resistir em 1964. Após o golpe, serviu de ‘correio’ para exilados entre Montevidéu, Buenos Aires,

à 149ª Audiência da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” de São Paulo, em 4 de dezembro de 2014. Nesse sentido, Memélia Moreira explicou na comissão Rubens Paiva as denúncias que havia feito na década de 1970.

A jornalista Memélia Moreira relatou a visita à reserva indígena Waimiri-Atroari. Seu depoimento expôs o que havia vivenciado no território Waimiri-Atroari e a conversa que teve com a equipe da Funai que havia se instalado na área indígena, responsáveis pela política de *pacificação* e *atração* dos dois povos. Na ocasião, a jornalista Memélia Moreira perguntou a um funcionário sobre armas e o servidor da Funai justificou a necessidade de portar armas pelo fato de que os índios criavam muito caso. Memélia, então, perguntou: “como é que eles criavam caso?”. Como resposta, obteve as seguintes informações: “Eles faziam uma barreira de gente na estrada, um de braço dado com o outro, para não deixar os tratores passarem”. A jornalista perguntou tacitamente: “e como é que vocês faziam pra passar?”. O funcionário assim respondeu: “Não, a gente resolvia sempre à bala”.⁷⁸ Então, essa era forma como Estado lidou com os Waimiri-Atroari.

A jornalista Memélia também explicou como havia encontrado frasco do produto químico *napalm*. O *napalm* é um composto químico formado por um conjunto de produtos inflamáveis utilizados como armamento militar e foi utilizado em diversas situações contra a população civil em vários países.⁷⁹ A possibilidade de Memélia encontrar evidência

Porto Alegre e Brasília. Jornalista, atuou no Jornal do Povo (fechado em 1964), Veja, Folha de São Paulo e Jornal de Brasília. Mora na Flórida, Estados Unidos. Colabora com a rádio Haiti Liberté. É brizolista convicta.”. FERRER, Eliete (Org). **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p. 683.

⁷⁸ Na oitava, Memélia ratificou as denúncias que havia na imprensa nacional e também no Tribunal Russel, sobre o uso da Funai para contrabando e prisão ilegal dos índios em prisão construída pela Camargo Corrêa em Roraima. Disponível em: <http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Violacoes-aos-direitos-dos-povos-indigenas.pdf>, p.36. Acesso em 16 jun. 2021.

⁷⁹ ARAÚJO, António de; SILVA, António Duarte. **O uso de napalm na Guerra Colonial - quatro documentos**. (s/d). Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri22/RI22_Artigo9_AA_ADS.pdf>. Acesso em 16 jun. 2021.

sobre o uso de *napalm* no território indígena se deve ao fato de ter conseguido que os funcionários a levassem ao rio Abonari dentro da área indígena. Na ocasião, ao chegar ao local, algo chamou a atenção da jornalista, pois “havia uma certa devastação pelo alto”, fazendo-a pensar que “não era uma devastação de queimada”, pois

[...] quando a gente pegou um igapozinho para chegar até a aldeia, que aí o rio estreita, eu vi que tinha uma coisa não natural boiando, era assim, um... Não era bem um tubo, mas parecia, porque era metade, que era de napalm.

E eu vi a marca, eu não sabia o que era napalm, eu conhecia a marca de um dos fabricantes de napalm, era Tordon. Eu vi que tinha Tordon, aí eu digo, espera aí, napalm... Aí eu digo, encosta mais naquilo ali, vai mais devagar, tira o motor, eu quero pegar aquele caco ali, era um caco.

Peguei e botei na minha mochila e vim-me embora, não troquei uma palavra sobre o que eu achei, porque em 1974 a gente já sabia que eles tinham usado napalm no Vale do Ribeira, na Guerrilha do Araguaia, e nos Nhambiquaras.⁸⁰

Os relatos de Memélia Moreira se coadunam com os relatos dos membros das comunidades indígenas, os quais identificaram um pó laranja que fora atirado de avião sobre as aldeias daquela localidade, levando-os a acreditar que foram vítimas de uma ação encabeçada por aeronave do Estado brasileiro. Ainda nesse contexto, existem denúncias da participação do PARASAR, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), mais conhecido como PARA-SAR (‘PARA’ de paraquedistas, ‘SAR’ do inglês *Search and Rescue*, “busca e salvamento”). Tratava-se de um esquadrão de paraquedistas de Operações Especiais e Busca e Resgate da Força Aérea Brasileira. A PARASAR havia trabalhado no resgate e no recolhimento dos corpos, em 1968, da expedição de Padre Calleri dentro da Reserva Waimiri-Atroari. Porém, também poderia estar envolvido no lançamento

⁸⁰ O relatório está disponível em: <http://comissaoaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/L_Tomo_Parte_2_Violacoes-aos-direitos-dos-povos-indigenas.pdf>, p.36. Acesso em 16 jun. 2021.

de produtos químicos letais contra aldeias, na década de 1970, como indica o relatório da Comissão da Verdade do Amazonas.⁸¹

O fato ocorreu na região do Santo Antônio do Abonari, que atualmente transformou-se em um grande reservatório da Hidrelétrica de Balbina, local em que havia uma população de, pelo menos, 300 índios, segundo constatações de equipe da Funai.⁸²

Esse processo de desaparecimento dos membros da comunidade por causa do uso de produto químico, faz parte da memória dos membros da comunidade indígena que puderam expressar-se da seguinte maneira:

Figura 1 - “Desenho Kiña: Maiká Morava na sua Aldeias”



Fonte: Comitê Estadual do Amazonas. – Escola Yawará, 24 de abril da 1986.p.168.

A utilização de bombas contra o povo indígena também foi descrita pelos sobreviventes indígenas à equipe do MAREWA⁸³, nas aulas de

⁸¹ Comitê estadual de direito à verdade, à memória e à justiça do Amazonas. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari**: “por que kamña matou kiña?”. Campinas: Curt Nimuendaju, 2014.

⁸² Ibidem.

⁸³ Através do trabalho educacional, procuraram resgatar a “resistência”. Assim, através dos desenhos, muitos jovens, sobreviventes dos massacres, conseguiram se expressar

alfabetização da escola Yauará de 1986, e que fazem parte do Relatório do Comitê Estadual do Amazonas. Então, um dos alunos, Olindo Panaxi, escreveu, que:

Antigamente não tinha doença. Kiña estava com saúde. Olha civilizado aí! Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de-pau!

Civilizado matou com bomba. Civilizado matou Sere.

Civilizado matou Podanê. Civilizado matou Mani.

Civilizado matou Akamamê.

Civilizado matou Priwixi.

Civilizado matou Txire.

Civilizado matou Tarpiya.

Com bomba. Escondido atrás do toco-de-pau!⁸⁴

Esse processo de ocupação territorial e de utilização da política do “indigenismo” gerou o extermínio de gerações inteiras dos grupos Waimiri-Atroari, sem possibilidade de guerrear contra o oponente – o Exército e os grupos paramilitares –, devido ao seu desenvolvimento tecnológico muito inferior. Nesse sentido, as resistências que travaram foram insuficientes para manter o território. Para o antropólogo S. Baines (1996),

Após uma longa história de invasões violentas [...] do seu território, estreitamente relacionadas às flutuações dos preços no mercado internacional de produtos florestais, a população dos Waimiri-Atroari foi reduzida a 332 pessoas em 1983 [...]. A partir deste ano,

sobre a violência sofrida. Os desenhos e relatos dos indígenas desse período compõem o Relatório da Comissão da Verdade do Amazonas. No entanto, tal atuação do MAREWA não agradou os órgãos oficiais e grupos econômicos que exploram a região e, por isso, foram expulsos da área. Sobre a defesa dos povos indígenas pela sociedade civil, destacamos aqui uma ala progressista da Igreja Católica que, em janeiro de 1983, na Assembleia Regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI Norte I) criou o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari - MAREWA (1983, 1987). A equipe do MAREWA, que atuou dentro da reserva Waimiri-Atroari, foi liderada por Egydio Schwade. Na ocasião, construíram um projeto de educação indígena, que perdurou entre os anos de 1985 e 1986. Comitê estadual de direito à verdade, à memória e à justiça do Amazonas. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: “por que kamfia matou kiña”?**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2014.

⁸⁴ Ibidem, p. 151.

a população vem-se recuperando rapidamente, chegando, em 1 de julho de 1987, a 420 pessoas, e em 1991 a 505 [...].⁸⁵

A partir desse fragmento, podemos destacar um aspecto importante, trazido por Baines (1996). Na realidade, o que acompanha os interesses sobre os territórios indígenas é justamente o processo de inserção da Amazônia no sistema capitalista. A *limpeza* do território significava um outro tipo de produção para o mercado, mas essa produção e todos os projetos impostos de forma violenta que se davam em território indígena enfrentavam-se com a vontade, os interesses e a existência dos Waimiri-Atroari.

Nesse sentido, em torno 2.650 indígenas Waimiri-Atroari foram mortos desde o início da construção da rodovia e a implementação dos projetos de construção de hidrelétricas e mineração. O Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, com base nas conclusões do Comitê da Verdade do Amazonas, apresenta dados demográficos, assim como pesquisadores e estudiosos do tema também apresentam esse quantitativo populacional. Os dados demográficos, estão no quadro a seguir, cuja referência está no texto de Schwade (2019):

Quadro 1 – Waimiri-Atroari: evolução demográfica

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, G. e KOCH-GRUNBERG, T.
1968	3.000	CALLERI, J. (Pe.) – FUNAI.
1972	3.000	FUNAI
1974	600/1.000	PINTO, G. – FUNAI.
1982	571	CRAVEIRO, Giusepe – FUNAI.
1983	350	FUNAI
1983	332	BAINES, Stephen G. – Museu Emilio Goeldi
1987	420	SILVA, Márcio – Unicamp
1991	505	Programa Waimiri-Atroari – ELETRONORTE/FUNAI
2010	1.386	IBGE118
2013	1.633	Programa Waimiri-Atroari – ELETROBRAS/FUNAI

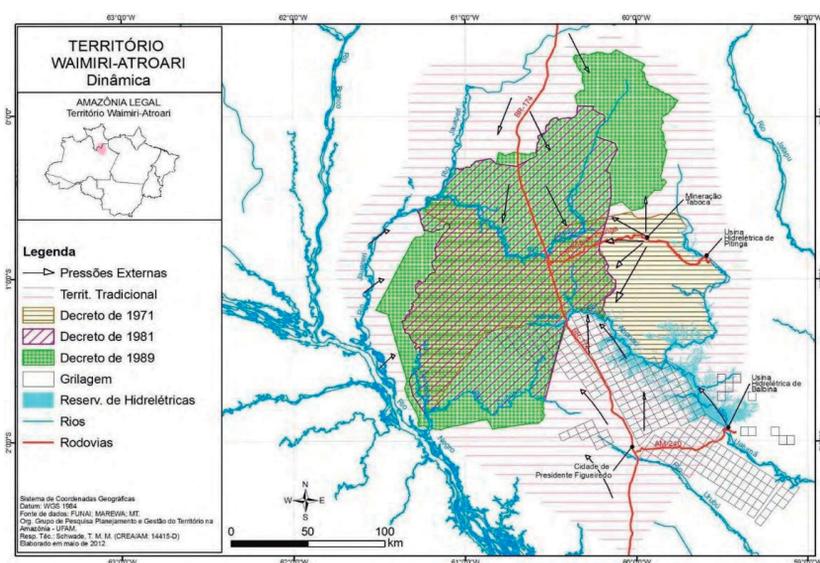
Fonte: Comitê (2014), p. 128.⁸⁶

⁸⁵ BAINES, Stephen G. “A Resistência Waimiri-Atroari frente ao Indigenismo de Resistência”. 1996. Disponível: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie211empdf.pdf>, p.4 Acesso: 02. dez. 2020.

⁸⁶ SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no**

Como é possível observar, a redução da população indígena acompanhou o processo de perda do território ocupado pelos Waimiri-Atroari que, em 1964, representava 6.680.000,00 hectares entre os estados do Amazonas e Roraima, congregando as bacias dos rios Jauaperi, Camanaú, Alalaú, Uatumã e Igarapé Santo Antônio do Abonari. No mapa a seguir (Figura 2), podemos perceber como o território sofreu mudanças no período ditatorial devido à apropriação por parte do Estado e da Paranapanema, empresa privada que realizou a mineração em território indígena.

Figura 2 – Território Indígena Waimiri-Atroari



Fonte: Schwade (2012).⁸⁷

Contudo, os discursos de um *espaço vazio* carregavam em seu bojo não apenas o peso do passado, em que os povos indígenas haviam

Amazonas. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019, p. 128

⁸⁷ SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas.** Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019, p. 143.

sofrido durante o período colonial, através da ocupação e espoliação de seu território, mas também sinalizavam a pesada carga dos projetos implementados na Ditadura empresarial-militar (1964-1985), os quais visavam implementar uma ocupação produtiva – isso porque houve um diferencial devido à grande concentração de projetos de interesse das empresas realizados em territórios indígenas naquele período, de modo que o Estado interpôs medidas para que os projetos empresariais fossem consolidados. Consequentemente todo esse processo afetava diretamente o espaço territorial dos povos indígenas, como os do Waimiri-Atroari. Nesse sentido, algumas questões nos incitam a compreender melhor a inserção da Amazônia na produção nacional, que era promovida pelo setor empresarial privado com interesses na região. Nesse contexto, destaca-se uma das empresas de exploração mineral, a Paranapanema, tema carece de mais atenção em outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, António de; SILVA, António Duarte. **O uso de napalm na Guerra Colonial - quatro documentos.** (s/d). Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri22/RI22_Artigo9_AA_ADS.pdf>. Acesso em 16 jun. 2021.

BAINES, Stephen G. **“A Resistência Waimiri-Atroari frente ao ‘Indigenismo de Resistência’.** 1996. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie211empdf.pdf>. p. 4. Acesso em: 2 dez. 2020.

BAINES, Stephen Grant. **“E a FUNAI que sabe”:** Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1990. p. 103.

BELLINGIERI, Julio Cesar. **A economia no período militar (1964-1984):** crescimento com endividamento. Disponível em: <https://danilopastorelli.files.wordpress.com/2015/02/bellingieri_economia_periodo_militar.pdf> Acesso em 16 jun. 2021.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.164, de 1 de abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 abr. 1971. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Decreto nº 86.630, de 23 de novembro de 1981. Declara interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas, área que discrimina nos Municípios de Novo Airão e Itapiranga, no Estado do Amazonas, e Caracaraí, no Território Federal de Roraima, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 1981. Seção 1, p. 22291.

BRASIL. Decreto nº 85.898, de 13 de abril de 1981. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra com benfeitorias, necessárias à formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE, no Estado do Amazonas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 abr. 1981. Seção 1, p. 6905.

CARVALHO, José Porfirio. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília: Edição do Autor, 1982. Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/WTD00005.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

CHOMA, Jeferson Luiz. **Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na resex Chico Mendes (AC)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2018, Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. 2018. p. 29.

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari**: “por que kamña matou kiña”? Campinas: Curt Nimuendaju, 2014.

FERNANDES NETO, Antonio; SANTOS, Adriana Gomes. **Genocídio indígena e perseguição à igreja católica em Roraima**: a ação e a omissão do Estado brasileiro diante das graves violações aos direitos humanos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 201. p. 26.

FERRER, Eliete (Org). **68 a geração que queria mudar o mundo**: relatos. Brasília: Ministério da Justiça. Comissão de Anistia, 2011. p. 683.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor (1872-1924). **Do Roraima ao Orinoco**: Observações de viagem pelo norte do Brasil durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: Editora Unesp, 2006. v. 1.

MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo Social. Rev. Social. USP**, S. Paulo. v. 1, n. 1, p. 131-148, jan./jun. 1989. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/pyXXq6zk8DPJxvk985L44kk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 18 jun. 2021.

PETROVIC, Drazen. **Ethnic Cleansing - An Attempt at Methodology**, 1994. Disponível em: <<http://www.ejil.org/pdfs/5/1/1247.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/WTD00005.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2021.

MELO, Joaquim Rodrigues de. **A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção de índios (1910-1932)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. p. 295.

RIBEIRO, Berta G. **Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia/projeto conceitual, textos e seleção de iconografia**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

ROBERTS, Michael. **The Long Depression: How it happened, why it happened and what happens next**. Canada: Union Labor, Haymarket Books Chicago, 2016.

RODRIGUES, João Barboza. **Rio Jauaperi: pacificação dos Crichanás**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1885.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Marechal Rondon e a Trajetória de um Militar Sertanista na Primeira República Brasileira: Investigação sobre a Intervenção do Estado e o Processo Civilizador da População Indígena. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 1, p. 122-134, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1346/134650104010.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2021.

SABATINI, Silvano. **Massacre**. São Paulo: CIMI, 1998.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e Poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)**. Boa vista: Editora da UFRR, 2013.

SANTOS, Raimundo N. Gomes dos. Entre a maloca e a civilização: os indígenas no processo de colonização de Roraima no século XX. **Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima**, n. 1, p. 15, 1995.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019. p. 143.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítico do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 31.

Texto submetido em 02.06.2021.
Aceito para publicação em 28.11.2021.